

AMB na cerimônia de assinatura de acordo de cooperação e parcerias de pesquisa da FMUSP



Aconteceu nesta quarta (06), na Faculdade de Medicina da USP, a reunião pública que tratou de parcerias institucionais e cooperação mútua para a condução de pesquisas no âmbito do projeto “Demografia Médica no Brasil”.

O Presidente da Associação Médica Brasileira, Dr. César Eduardo Fernandes, foi um dos participantes da cerimônia, em que também foi apresentado o estudo inédito “Concorrência para ingresso na medicina no Brasil”.



Com o propósito específico de apoiar estudos de “Demografia Médica” foi informada a renovação do Acordo de Cooperação Técnica (nº 1014318) entre a Universidade de São Paulo (USP) e a Associação Médica Brasileira (AMB).

Destacada a relevância da linha de pesquisa “Demografia Médica” para a produção científica e a formulação de políticas públicas, na ocasião deu-se também conhecimento da assinatura da Carta Acordo (SCON2023-00159/2023) já celebrada entre a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Fundação Faculdade de Medicina (FFM), a ser executada junto ao Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP, com financiamento e participação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde.



Participaram do encontro, além do Presidente da AMB, os diretores da entidade Dr. José Eduardo Lutaif Dolci e Dr. Luiz Carlos Von Bahten, e os seguintes representantes das instituições parceiras: a Diretora da FMUSP, Profa. Dra. Eloisa Silva Dutra de Oliveira Bonfá, o Diretor-Presidente da FFM, Dr. Arnaldo Hossepian Jr., a Secretária da SGTES – Ministério da Saúde, Dra. Isabela Cardoso de Matos Pinto, a representante da OPAS no Brasil, Dra. Socorro Gross Galiano e o Coordenador da Pesquisa Demografia Médica (DMP/FMUSP), Prof. Mário Scheffer.



Acaba de ser lançado o segundo Radar da Demografia, com um estudo sobre a concorrência para ingressar na graduação em medicina no Brasil



O estudo Demografia Médica no Brasil é elaborado pela FMUSP – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com a coordenação do Professor Mário Scheffer, livre-docente do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP e tem o apoio conjunto da AMB – Associação Médica Brasileira, do Ministério da Saúde e da Organização Pan Americana de Saúde.

O acesso ao ensino médico passou por intensas transformações na última década no Brasil. Houve expansão da oferta de graduação em medicina, crescimento massivo de vagas particulares, concentração de matrículas em grupos econômicos da educação, abertura de escolas médicas em cidades do interior e financiamento público para instituições privadas por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade Para Todos (Prouni).

Com legislação específica e características próprias, o aumento de cursos e vagas de medicina reflete em parte as transformações da educação superior no país, marcada pela ampliação das oportunidades de ingresso e protagonismo do setor privado. Mesmo assim, menos de 25% dos jovens entre 18 e 24 anos têm hoje acesso ao ensino superior no Brasil.

Entre as ocupações tradicionais, a medicina continua popular no mundo todo, despertando preferência dos jovens semelhante ao que ocorria nos séculos 19 e 20.

A medicina está entre as profissões de maior prestígio social no Brasil, com maiores taxas de profissionais empregados, entre as ocupações de ensino superior mais bem pagas⁶ e com alto rendimento médio mensal declarado.

Para acessar o ensino médico, os processos seletivos, historicamente competitivos, sofreram alterações nos últimos anos. Enquanto a procura manteve-se estável, em patamar elevado, a oferta de vagas mais que dobrou.

As vagas de medicina oferecidas são cada vez mais numerosas, mas também heterogêneas quanto à origem, natureza, atrativos e métodos empregados para selecionar futuros estudantes.

Como se verá a seguir, a concorrência para admissão em uma escola médica varia no país entre as instituições de ensino, conforme a natureza pública ou privada, o tempo de existência e a localização do curso, dentre outros fatores.

Conhecer o quanto o ingresso na medicina é competitivo e registrar as mudanças recentes na oferta e na procura pelo ensino médico no Brasil são os propósitos deste informe técnico

Como foi feito o estudo

O presente estudo utilizou como fonte o mais recente Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

De caráter obrigatório e declaratório, as informações repassadas ao INEP pelas Instituições de Ensino Superior (IES) se referem ao ano de 2022.

Foram incluídas no estudo 386 escolas médicas (121 públicas e 265 privadas) e 46.997 vagas ofertadas (9.592 públicas e 37.405 privadas).

Para a identificação mais precisa das escolas, os dados do censo do INEP de 2022 foram cruzados com os da plataforma e-MEC, que mantém cadastro e atos autorizativos das IES.

Foram desconsideradas escolas não identificadas no cadastro e-MEC, o que representou a exclusão de 4 escolas, 491 candidatos e 232 vagas referidas no censo do INEP.

Abordados em âmbitos nacional, estadual e municipal, os dados são circunscritos a 2022 e, quando pertinente, abrangem a série histórica de 2014 a 2022.

O período escolhido, a partir de 2014, coincide com a vigência da Lei Mais Médicos⁷, marco legal que, juntamente com outras medidas e políticas, promoveu a abertura de cursos e vagas de medicina no Brasil. A base consultada contém os microdados dos “cursos de graduação”, e corresponde a uma das unidades de coleta do INEP. Foram consideradas cinco variáveis referentes aos cursos de medicina:

1. número de candidatos inscritos nos processos seletivos;
2. número de vagas novas de graduação ofertadas;
3. natureza pública ou privada da escola médica;
4. local (município e UF) de oferta do curso;
5. tempo de existência (data de abertura) da escola médica.

Vagas novas, no estudo, referem-se àquelas oferecidas durante o ano de referência do censo do INEP, por meio de processos seletivos, excluídas as vagas remanescentes de anos anteriores.

Processos seletivos são o vestibular, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e outras seleções simplificadas adotadas pelas IES para preencherem vagas novas, destinadas aos alunos aprovados.

Cursos privados, no estudo, são todos em que há cobrança de mensalidade, mantidos por IES de natureza jurídica privada, com ou sem fins lucrativos, com ou sem subsídios públicos ou financiamento estudantil.

Cursos públicos são aqueles mantidos por universidades e IES públicas, gratuitos, nos quais não há cobrança de mensalidade.

Confira a atualização da [Demografia Médica na íntegra](#).

Fonte: [AMB](#), em 07.12.2023.